

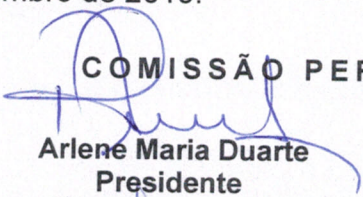
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
Secretaria Municipal de Administração

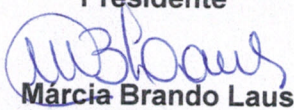
**ATA DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E RETIFICAÇÃO DA ATA
DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

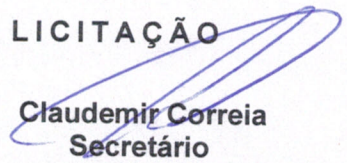
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/PMT/2019
TOMADA DE PREÇO Nº 022/PMT/19


Ao **treze** dias do mês de **novembro** de **dois mil e dezenove**, às **nove horas e trinta minutos**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Tijucas – SC, reuniram-se a **Comissão Permanente de Licitação**, nomeada pela Portaria nº **007/2019** de **07/01/2019**, para suspender a abertura da proposta marcada para dia 14/11/2019 às 10 horas e retificar a Ata de Julgamento da Habilitação. Verificou-se que a Comissão de Licitação não julgou a habilitação das empresas participantes do processo em epígrafe, tendo em vista que umas das empresas licitantes EMPREITEIRA JK LTDA não apresentou a Certidão Negativa Federal válida. Como é sabido, a qualquer momento a Administração Pública pode rever seus atos, para melhor clareza e transparência. Ato contínuo será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 para a empresa EMPREITEIRA JK LTDA apresentar nova Certidão Negativa Federal atualizada, exigida no item 7.2.4 do **Processo Licitatório nº 160/PMT/2019 e Tomada de Preço nº 022/PMT/19**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO E PINTURA DO PRÉDIO DO ANFITEATRO LEDA REGINA DE SOUZA, CONFORME (CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO), DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC**, tendo em vista que a licitante faz jus ao benefício concedido pela legislação. **Após este prazo será julgada a habilitação das empresas participantes.** Após o prazo estabelecido será oportunizada apresentação de recurso nos moldes do artigo 109, inciso I, “a”, da Lei 8.666/93, ficando desde já franqueada vista dos autos. Ato contínuo será oportunizada apresentação de impugnação nos moldes do artigo 109, inciso I, “a”, §3º da Lei 8.666/93, ficando desde já franqueada vista dos autos. Nada mais havendo a declarar, a Presidente da CPL encerra a sessão. Publique-se para os fins e efeitos legais. Tijucas, 13 de novembro de 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO


Arlene Maria Duarte
Presidente


Marcia Brando Laus
Membro Efetivo


Claudemir Correia
Secretário


Glaucia Jane Bitencourt de Amorim
Membro Efetivo